HONDA
Banco

Conglomerado Honda - Prudencial

Filiado à ANEF – Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
Em Reais

ATIVO

	Nota	2019	2018
Circulante		4.004.516	3.275.165
Disponibilidades		11.068	6.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	302.517	180.343
Aplicações em operações compromissadas		302.517	180.343
Títulos e valores mobiliários	5	647.731	310.598
Títulos de renda fixa		369.224	64.383
Aplicações em fundos de investimento		278.507	246.215
Instrumentos financeiros derivativos	12	25.670	2.351
Instrumentos Financeiros Derivativos		25.670	2.351
Operações de crédito	6	2.823.044	2.553.434
Financiamentos - Setor privado		3.006.908	2.733.185
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(183.864)	(179.751)
Outros créditos	11	189.393	216.637
Diversos		189.393	216.637
Outros valores e bens		5.093	5.390
Bens não de uso		7.029	6.967
Provisão para desvalorização		(2.275)	(2.222)
Despesas antecipadas		339	645
Realizável a longo prazo		2.891.834	2.880.023
Títulos e valores mobiliários	5	716.083	1.107.522
Títulos de renda fixa		716.083	772.299
Aplicações em fundos de investimento		-	335.223
Instrumentos financeiros derivativos	12	-	7.701
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	7.701
Operações de crédito	6	1.870.608	1.532.754
Financiamentos - Setor privado		1.958.671	1.604.425
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(88.063)	(71.671)
Outros créditos	11	305.143	232.045
Diversos		305.143	232.045
Outros valores e bens		-	1
Despesas antecipadas		-	1
Permanente		31.169	30.061
Investimentos		6	6
Outros investimentos		6	6
Imobilizado de uso	8	2.168	1.840
Outras imobilizações de uso		14.308	14.743
(Depreciação acumulada)		(12.140)	(12.903)
Imobilizado de arrendamento	7	483	483
Bens arrendados		1.399	1.399
Depreciação acumulada		(916)	(916)
Intangível	9	28.512	27.732
Software		80.737	69.949
(Amortização acumulada)		(52.225)	(42.217)
Total do ativo		**6.927.519**	**6.185.249**

PASSIVO

	Nota	2019	2018
Circulante		3.303.722	2.344.488
Depósitos	13	1.230.871	1.263.823
Depósitos interfinanceiros		1.192.480	1.239.626
Depósitos a prazo		38.391	24.197
Recurso de aceites e emissão de títulos	14	220.985	-
Obrigações por emissão de letras financeiras		220.985	-
Obrigações para empréstimos	15	801.088	274.891
Obrigações para empréstimos		801.088	274.891
Intrumentos financeiros derivativos	12	23.127	5.999
Instrumentos financeiros derivativos		23.127	5.999
Outras obrigações	16	1.027.651	799.775
Cotas de fundos em diretos creditórios		458.581	223.292
Fiscais e previdenciárias		111.718	127.151
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.145	980
Recursos a devolver - grupos encerrados	10	332.666	334.701
Diversas		123.541	113.651
Exigível a longo prazo		1.699.319	2.195.767
Depósitos	13	1.401.804	1.512.957
Depósitos interfinanceiros		1.368.850	1.504.863
Depósitos a Prazo		32.954	8.094
Recurso de aceites e emissão de títulos	14	207.034	207.972
Obrigações por emissão de letras financeiras		207.034	207.972
Obrigações para empréstimos	15	-	381.081
Obrigações para empréstimos		-	381.081
Instrumentos financeiros derivativos	12	7.051	25.147
Instrumentos financeiros derivativos		7.051	25.147
Outras obrigações	16	83.430	68.610
Diversas		62.143	48.968
Fiscais e previdenciárias		-	247
Recursos pendentes de recebimento		21.287	19.395
Resultados de exercícios futuros	18	11.402	29.075
Receitas de exercícios futuros		11.402	29.075
Patrimônio líquido	3	1.913.076	1.615.919
Capital Social	20	540.854	460.854
Reserva de lucros		475.653	346.089
Lucros acumulados		896.569	808.976
Total do passivo		**6.927.519**	**6.185.249**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em Milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	360.854	36.957	306.155	894.287	1.598.253
Aumento de capital (AGOE de 16.04.2018)	100.000	-	(100.000)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	176.696	176.696
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	6.148	-	(6.148)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	116.829	(116.829)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(20.000)	(139.030)	(159.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	460.854	43.105	302.984	808.976	1.615.919
Aumento de capital (AGOE de 25.09.2019)	80.000	(30.880)	(49.120)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	297.157	297.157
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	10.479	-	(10.479)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	199.085	(199.085)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	540.854	22.704	452.949	896.569	1.913.076
Saldos em 30 de junho de 2019	460.854	47.457	385.664	848.144	1.742.119
Aumento de capital (AGOE de 25.09.2019)	80.000	(30.880)	(49.120)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	170.957	170.957
Destinações do lucro:					
Reserva legal	-	6.127	-	(6.127)	-
Reservas especiais de lucros	-	-	116.405	(116.405)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	540.854	22.704	452.949	896.569	1.913.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
Em Reais

	Nota	2º semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da intermediação financeira		485.986	931.448	916.097
Operações de crédito		428.828	837.576	808.757
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		44.684	92.990	88.424
Resultado com instrumenstos financeiros derivativos		12.474	882	18.916
Despesas da intermediação financeira		(247.664)	(440.604)	(483.095)
Operações de captação no mercado		(106.506)	(222.145)	(256.795)
Despesa de obriação por empréstimos		(48.958)	(54.220)	(76.449)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6d	(92.200)	(164.239)	(149.851)
Resultado bruto da intermediação financeira		238.322	490.844	433.002
Receitas de prestação de serviços		490.116	961.019	933.540
Rendas de taxa de administração de consórcios		442.740	875.348	857.108
Receita de prestação de serviços		47.376	85.671	76.432
Outras receitas/(despesas) operacionais		(520.260)	(1.038.763)	(1.035.372)
Outras despesas administrativas	21	(468.241)	(943.669)	(914.277)
Despesas de Pessoal		(15.034)	(28.581)	(25.115)
Despesas tributárias		(71.847)	(140.377)	(162.251)
Outras receitas operacionais	22	61.868	127.146	140.279
Outras despesas operacionais	23	(27.006)	(53.282)	(74.008)
Resultado operacional		208.178	413.100	331.170
Resultado não operacional		315	774	1.461
Resultado antes da tributação sobre o lucro		208.493	413.874	332.631
Imposto de renda	19a	(60.251)	(109.382)	(103.904)
Contribuição social	19a	(32.580)	(58.762)	(72.413)
Ativo fiscal diferido		55.295	51.427	20.382
Lucro líquido do período	3	170.957	297.157	176.696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
Em Reais

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Lucro líquido do período ajustado	311.994	612.631	534.645
Lucro líquido do período antes do imposto de renda e contribuição social	208.493	413.874	332.631
Depreciações e amortizações	5.013	10.513	10.209
Despesa com provisões contingentes	16.165	23.951	42.216
Constituição / (Reversão) de provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	92.200	164.239	149.851
Constituição/(Reversão) da provisão para desvalorização BNDU	(217)	54	(262)
Variação de ativos e obrigações	(307.573)	(692.539)	(523.541)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	446.924	54.371	(155.126)
(Aumento)/redução em operações de crédito	(763.854)	(771.704)	(547.594)
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	38.403	52.155	41.663
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	(13.561)	(16.586)	(11.790)
Aumento/(redução) em depósitos	(137.835)	(144.105)	(118.389)
Aumento/(redução) em recurso de aceites e emissão de títulos	111.534	220.046	207.972
Aumento/(redução) em obrigações por empréstimos	108.839	145.116	232.312
Aumento/(redução) em outras obrigações	(54.835)	(29.895)	(49.724)
Aumento/(redução) em resultado de exercícios futuros	(6.860)	(17.671)	24.564
(Aumento)/redução em Imposto de renda retido na fonte	(4.768)	(8.535)	(17.901)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.219)	(175.731)	(129.528)
Atividades operacionais -			
Caixa líquido proveniente/(aplicado)	4.421	(79.908)	11.104
Alienação de imobilizado de uso	302	329	(35)
Aquisição de imobilizado de uso	(739)	(1.161)	(342)
Aplicações no intangível	(5.278)	(10.790)	(10.710)
Atividades de investimento -			
Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(5.715)	(11.622)	(11.087)
Distribuição de Lucros	-	-	(209.030)
Emissão de cotas Sênior	115.567	222.553	205.916
Resgate de cotas Sênior	(1.385)	(4.128)	(998)
Atividades de financiamentos -			
Caixa líquido proveniente/(aplicado)	114.182	218.425	(4.112)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	**112.888**	**126.895**	**(4.095)**
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	201.155	187.148	191.242
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	314.043	314.043	187.147
Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	**112.888**	**126.895**	**(4.095)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Honda S.A. (Banco) autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), iniciou suas atividades no ano de 2000, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A atividade operacional do Banco consiste, principalmente, no financiamento de veículos, através da modalidade do crédito direto ao consumidor, portanto com alienação fiduciária do bem, como garantia real das operações. A partir de setembro de 2012 o Banco iniciou as operações do produto Floor Plan que consiste no financiamento de veículos para as concessionárias.

A Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. (Consórcio) tem como objeto social a constituição e administração de grupos de consórcio. Iniciou suas atividades em 1981, administrando grupos para aquisição de bens, principalmente de produtos da marca Honda.

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing) autorizada a funcionar pelo Bacen iniciou suas atividades em 2000, tendo por objeto social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes às sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.

O Fundo de investimento em direitos creditórios Auto-Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Honda Automóveis do Brasil Ltda, o fundo possui data base 31 de dezembro de 2019 e foi auditado também pela KPMG Auditores Independentes, onde emitiram seu relatório em 17 de fevereiro de 2020 sem modificação de opinião.

O Fundo de investimento em direitos creditórios Moto-Honda é um fundo de investimento aberto, administrado pelo Santander Securities Services Brasil DTVM S.A e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda, criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Moto Honda da Amazônia Ltda, o fundo possui data base 31 de dezembro de 2019 e foi auditado também pela KPMG Auditores Independentes, onde emitiram seu relatório em 04 de fevereiro de 2020 sem modificação de opinião.

Para fins do atendimento da Resolução nº 4.280, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2020.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela resolução do CMN n° 4.280, Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado CPC 46 – Mensuração a valor justo e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados).

a. Apuração do resultado

A apuração das receitas e das despesas do Banco, da Leasing, do FIDC Auto Honda e FIDC moto Honda obedecem ao regime de competência.

No caso da Consórcio a taxa de administração devida pelos participantes dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do seu recebimento, conforme disposições da Circular Bacen nº 2.381 de 18 de novembro de 1993 e a despesa de comissão decorrente de comercialização de cotas por terceiros é apropriada ao resultado pelo seu pagamento, conforme disposições da Carta-Circular do Bacen nº 2.598 de 27 de novembro de 1995.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos sujeitos a estimativas contábeis incluem o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. O Conglomerado revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do exercício e semestre.

d. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelas Sociedades para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen, que requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, conforme nota explicativa nº 6e.

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco faz uso de *swaps*, os quais são classificados, de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, registrados e mensurados a valor justo, como segue:

Operações de *swap* – diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro-rata* até a data do balanço.

As operações são custodiadas na B3 S.A – Brasil Bolsa Balcão (B3) e avaliadas pelo seu valor de mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referenciais da B3.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade do Banco e as expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites para o imposto de renda. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável para a Honda Leasing e 9% para o Consórcio Honda.

Para a base de todas as diferenças temporárias tributáveis do Banco Honda com realização estimadas até a data de 29 de fevereiro de 2020, a contribuição social – CSLL foi constituída à alíquota de 15%. Para a base de diferenças temporárias tributáveis com realização estimada, a partir de 01 de março de 2020, será constituída a alíquota de 20%, tendo em vista a majoração de alíquota da contribuição social – CSLL, na Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Ativos contingentes

O Conglomerado Prudencial não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. O Conglomerado Prudencial não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.

Despesas antecipadas

As despesas de comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito são reconhecidas no ato de sua contratação, de acordo com a Circular nº 3.613/13 do BACEN.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata dia*) auferidos e/ou ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação dos custos dos bens do imobilizado, reconhecida pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: sistema de processamento de dados, 20%; veículos, 20%; e demais equipamentos, 10%. No caso em específico da Leasing, quando da operação de arrendamento mercantil há uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84, 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).
- Intangível representado por software contabilizado após a entrada em vigor da Carta-Circular Bacen nº 3.357, com vida útil definida e cuja utilização trará benefício econômico futuro, é amortizado pelo método linear à taxa de 20% ao ano.
- Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*), é reconhecida a perda se o valor de contabilização de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

- Imposto de renda: 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável do exercício excedente a R$ 240 no exercício.
- Contribuição social: 20% sobre o lucro tributável do exercício para o Banco Honda e a Honda Leasing e 9% para o Consórcio Honda.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável. Para os processos classificados com perda possível, é realizada a divulgação dos valores. As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias (em base *pro rata dia*) incorridas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras do consolidado prudencial foram adotados os critérios para a consolidação em conformidade com a resolução do CMN n° 4.280,, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2019 abrangem as demonstrações financeiras do Banco líder do conglomerado, Leasing, Consórcio que são controlados pela Honda South America Ltda., do Fundo de Investimento em direitos creditórios – FIDC Auto Honda e do Fundo de Investimento em direitos creditórios – FIDC Moto Honda

Nenhuma das entidades consolidadas possui participação societária umas nas outras. De acordo com a resolução do CMN nº 4.280, devem estar contemplados no Conglomerado Prudencial entidades definidas na respectiva norma, independente de participação acionária umas nas outras.

Assim, o Conglomerado Prudencial do Banco inclui:

	Lucro líquido 2019	Lucro líquido 2018	Patrimônio líquido 2019	Patrimônio líquido 2018
Banco Honda S/A	208.951	122.609	991.322	782.371
Consórcio Nacional Honda	87.288	54.864	914.960	827.672
Honda Leasing S/A	613	368	20.585	19.972
FIDC - Auto Honda (*)	1.388	(1.145)	(12.708)	(14.096)
FIDC - Moto Honda (*)	(1.083)	-	(1.083)	-
Total	297.157	176.696	1.913.076	1.615.919

Nos procedimentos de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações com alugueis de equipamentos e processamentos de dados entre a Consórcio com o Banco e Leasing, bem como, as aplicações do consórcio e da Leasing com o Banco Honda.

(*) Refere-se ao ajuste para fins do conglomerado prudencial, visando a adequação do FIDC Auto Honda e do FIDC Moto Honda à resolução BACEN nº 2.682, no que se enquadra a provisão de operações de crédito. Adicionalmente, o patrimônio líquido total do FIDC Auto Honda antes do ajuste em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 1.022.286 (R$ .928464 em 31 de dezembro de 2018) e do FIDC Moto Honda antes do ajuste em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 119.302.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	2019	2018
Banco Honda S/A		
Letra financeira do tesouro – LFT	205.032	180.343
Letras do tesouro nacional – LTN	21.003	-
Consórcio Honda		
Letra financeira do tesouro – LFT	76.482	93.870
	302.517	274.213

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a certificados de depósitos bancários classificados de acordo com o vencimento de cada aplicação, com possibilidade de resgate antecipado e a aplicações em fundos de investimento de renda fixa.

	2019	2018
Certificados de depósitos bancários	752.170	918.491
Cotas de fundo de investimento	611.644	338.425
	1.363.814	1.256.916

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição da carteira de crédito por setor de atividade

	2019	2018
Setor privado		
Pessoa física	4.007.699	3.612.721
Comércio	946.569	713.490
Outros serviços	10.107	9.889
Indústria	1.204	1.510
	4.965.579	4.337.610

b. Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2019	2018
Vencidos (*)	62.168	66.300
A vencer		
De 1 a 90 dias	1.499.213	1.276.931
De 91 a 360 dias	1.445.527	1.389.954
A vencer após 360 dias	1.958.671	1.604.425
	4.965.579	4.337.610

(*) Parcelas vencidas após 14 dias.

c. Concentração do risco de crédito

	2019	2018
Dez maiores devedores	289.584	245.525
Demais devedores	4.675.995	4.092.085
	4.965.579	4.337.610

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do maior devedor é de R$ 45.302 (R$ 44.881 em 31 de dezembro de 2018).

d. Composição da carteira de operações de crédito e correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil

2019

Nível de risco	Percentual	Normal	Vencido (*)	Valor da Carteira	Provisão
AA	0,0	48.257	-	48.257	-
A	0,5	1.907.810	119	1.907.929	9.540
B	1,0	751.779	24.035	775.814	7.758
C	3,0	1.687.307	71.293	1.758.600	52.758
D	10,0	141.852	65.591	207.443	20.744
E	30,0	32.861	42.777	75.638	22.691
F	50,0	20.146	28.817	48.963	24.482
G	70,0	9.044	20.893	29.937	20.956
H	100,0	9.105	103.893	112.998	112.998
		4.608.161	357.418	4.965.579	271.927

2018

Nível de risco	Percentual	Normal	Vencido (*)	Valor da Carteira	Provisão
AA	0,0	61.054	-	61.054	-
A	0,5	1.884.237	82	1.884.319	9.421
B	1,0	633.380	26.771	660.151	6.602
C	3,0	1.246.419	65.772	1.312.191	39.366
D	10,0	93.918	56.191	150.109	15.011
E	30,0	48.400	37.947	86.347	25.904
F	50,0	10.056	26.037	36.093	18.047
G	70,0	13.731	20.519	34.250	23.975
H	100,0	7.570	105.526	113.096	113.096
		3.998.765	338.845	4.337.610	251.422

(*) Contrato com parcelas vencidas há mais de 14 dias.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Saldo inicial	249.970	251.422	251.885
Constituição no período	92.200	164.239	149.851
Créditos baixados como prejuízo	(70.243)	(143.734)	(150.314)
Saldo final	271.927	271.927	251.422
Recuperação de créditos baixados	(12.893)	(25.257)	(21.472)

Os créditos renegociados no semestre foram de R$ 8.640 e no exercício foram de R$ 22.879 (R$ 23.858 no exercício de 2018).

7. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2019	2018
Veículos e afins	1.399	1.399
Superveniência de depreciação	483	483
Depreciação acumulada	(1.399)	(1.399)
	483	483

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguros dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

8. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação %	2019	2018
Equipamentos de informática	20	11.238	11.355
Móveis e utensílios	10	1.908	2.320
Veículos	20	905	811
Instalações	10	257	257
		14.308	14.743
Depreciação acumulada		(12.140)	(12.903)
Total do imobilizado de uso		2.167	2.840

9. INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	2019	2018
Software	20	80.737	69.949
Amortização acumulada		(52.225)	(42.217)
		28.512	27.732

10. RECURSOS A DEVOLVER – GRUPOS ENCERRADOS - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO

Refere-se essencialmente a recursos correspondentes a saldos não reclamados de cotistas de grupos encerrados contabilmente que passaram a ser geridos pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. na forma disposta pelas Circulares nºs 2.766/97 e 3.084/02 do BACEN e Lei 11.795/08. O saldo dos referidos recursos encontra-se aplicado em fundos de investimento.

	2019	2018
Grupos encerrados contabilmente	34.958	34.329
Saldos de grupos encerrados contabilmente a devolver	332.666	334.701

11. OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
Crédito tributário (Nota 19 d)	408.782	347.630
Recebíveis a liquidar	29.240	44.428
Recursos pendentes de recebimento	21.287	19.395
Devedores por depósitos em garantia	15.687	13.829
Rendas a receber	8.132	6.450
Devedores diversos - País	6.091	2.041
Imposto de renda compensar	1.615	934
Outros	3.702	13.975
	494.536	448.682
	2019	**2018**
Circulante	189.393	216.637
Realizável a longo prazo	305.143	232.045
Total	494.536	448.682

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme regras específicas do BACEN, que se destinam a atender às necessidades próprias com o objetivo de proteção (*hedge*) contra riscos de mercado que decorram, principalmente, dos descasamentos entre moedas de suas operações passivas.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado e o acompanhamento dos riscos é exercido diretamente pela Administração, por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais a valor justo, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

a. Instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos de *swap*, registrados na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3).

Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

2019

Contratos	Valor referência	Valor de Custo: Ajuste a receber	Valor de Custo: Ajuste a pagar	Valor de Custo: Posição líquida	Valor Justo: Ajuste a receber	Valor Justo: Ajuste a pagar	Valor Justo: Posição líquida
Swap	1.172.855	30.516	(16.487)	14.029	25.670	(30.178)	(4.508)
		30.516	(16.487)	14.029	25.670	(30.178)	(4.508)

2018

Contratos	Valor referência	Valor de Custo: Ajuste a receber	Valor de Custo: Ajuste a pagar	Valor de Custo: Posição líquida	Valor Justo: Ajuste a receber	Valor Justo: Ajuste a pagar	Valor Justo: Posição líquida
Swap (Hedge accounting)	40.285	-	(2.493)	(2.493)	-	(3.213)	(3.213)
Swap	770.389	20.812	(14.511)	6.301	10.052	(27.933)	(17.881)
		20.812	(17.004)	3.808	10.052	(31.146)	(21.094)

Em 31 de dezembro de 2019 não há operações destinadas a hedge accouting. A última operação de *hedge accouting* foi liquidada em 11.01.2019.

Para a obtenção dos valores de mercado dos *swaps* é estimado o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas pontas descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, sendo principalmente com base nas taxas da B3.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

2019 – Vencimento – Valor justo

	Indexador	Valor referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap							
Swap (ponta ativa)	USD	772.855	202.225	242.138	356.116	-	800.479
Swap (ponta passiva)	Pré	772.855	199.253	228.284	360.007	-	787.544
Swap							
Swap (ponta ativa)	104,6% CDI	400.000	111.846	-	109.140	207.034	428.020
Swap (ponta passiva)	Pré	400.000	115.575	-	115.804	214.084	445.463

2018 – Vencimento – Valor justo

	Indexador	Valor referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (Hedge accounting)							
Swap (ponta ativa)	USD	40.285	38.379	-	-	-	38.379
Swap (ponta passiva)	Pré	40.285	41.592	-	-	-	41.592
Swap							
Swap (ponta ativa)	USD	570.289	-	38.248	160.611	376.458	575.317
Swap (ponta passiva)	Pré	570.289	-	37.366	161.929	387.279	586.574
Swap							
Swap (ponta ativa)	104,7% CDI	200.100	-	-	-	207.972	207.972
Swap (ponta passiva)	Pré	200.100	-	-	-	214.596	214.596

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Rendas com operações de Swap	129.820	202.138	207.026
Despesas com operações de Swap	(117.347)	(201.256)	(188.110)
	12.474	882	18.916

13. DEPÓSITOS

	2019	2018
Depósitos interfinanceiros		
Circulante	1.192.480	1.239.626
Exigível a longo prazo	1.368.850	1.504.863
	2.561.330	2.744.489
	2019	**2018**
De 1 a 90 dias	263.131	352.299
De 91 a 360 dias	929.349	887.327
A vencer após 360 dias	1.368.850	1.504.863
	2.561.330	2.744.489

Não existe previsão ou programação para resgate antecipado dos depósitos interfinanceiros.

	2019	2018
Depósitos a prazo		
Circulante	38.391	24.197
Exigível a longo prazo	32.954	8.094
	71.345	32.291
	2019	**2018**
De 1 a 90 dias	4.884	8.896
De 91 a 360 dias	33.507	15.301
A vencer após 360 dias	32.954	8.094
	71.345	32.291

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	2019	2018
Circulante	220.985	-
Exigível a longo prazo	207.034	207.972
	428.019	207.972
	2019	**2018**
De 1 a 90 dias	111.845	-
De 91 a 360 dias	109.140	-
A vencer após 360 dias	207.034	207.972
	428.019	207.972

As letras financeiras são classificadas de acordo com seus vencimentos contratuais, efetivadas dentro da regulamentação vigente, indexadas a taxas pós fixadas de 104,6% do CDI.

15. OBRIGAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A, Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JBIC.

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 801.088 (R$ 655.972 em 31 de dezembro de 2018) e é composto por financiamentos acrescidos de variação cambial (dólar) para essas operações. As obrigações para empréstimos do Banco têm operações com o último vencimento em outubro de 2020 e com taxas pré que variam entre 1,8775% a 4,2151% ao ano.

a. Composição das obrigações por empréstimos por prazo de vencimento

	2019	2018
Circulante	801.088	274.891
Exigível a longo prazo	-	381.081
	801.088	655.972
	2019	**2018**
Até 90 dias	202.514	38.380
de 91 a 180 dias	242.522	73.366
de 181 a 360 dias	356.052	163.146
A vencer após 360 dias	-	381.080
	801.088	655.972

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2019	2018
Cotas de fundos em diretos creditórios (i)	458.581	223.292
Recursos a devolver – Grupos encerrados (Nota 10)	332.666	334.701
Fiscais e previdenciárias (ii)	112.862	127.398
Provisão para passivos contingentes (Nota 17)	78.701	78.210
Comissão pagar	30.385	34.179
Credores diversos - País	26.379	10.943
Recursos pendentes de recebimento	21.287	19.395
Taxa de registro - Alienação a pagar	17.665	13.073
Contas a pagar	13.336	9.854
Valores a pagar as sociedades ligadas	9.360	10.229
Bônus a pagar	4.037	1.023
Seguros sobre financiamento	2.283	850
Despesas de pessoal	2.098	1.954
Outras	1.441	3.284
	1.111.081	868.385

(i) O saldo refere-se ao patrimônio líquido das cotas sêniores do FIDC – Auto Honda e FIDC – Moto Honda que não são de propriedade do Banco Honda S.A.

(ii) A rubrica de "outras obrigações fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda, e contribuição social e imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultado de exercícios futuros.

17. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

O Conglomerado é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos, cujos riscos de perda foram classificados como provável por nossos assessores jurídicos, como segue:

Natureza	Probabilidade	2019	2018
Contingências cíveis	Provável	50.231	52.126
Contingências trabalhistas	Provável	17.943	16.111
Contingências tributárias	Provável	10.527	9.972
		78.701	78.210

a. Movimentação das provisões para contingências

Exercício 2019

	Saldo inicial	Adição	Utilização	Reversão	Saldo Final
Contingências cíveis (i)	52.128	19.173	(13.875)	(7.195)	50.231
Contingências trabalhistas (ii)	16.110	6.789	(3.526)	(1.430)	17.943
Contingências tributárias (iii)	9.972	609	-	(54)	10.527
	78.210	26.571	(17.401)	(8.679)	78.701

(i) Em 31de dezembro de 2019 o saldo das contingências cíveis do Banco era de R$ 9.692 (R$ 11.013 em 31 de dezembro de 2018) referente a ações judiciais que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo das contingências cíveis da Consórcio era de R$ 40.520 (R$ 41.092 em 31 de dezembro de 2018) referente a ações movidas contra a Consórcio, que tem como objeto discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de consórcio, sendo em sua maior parte, do juizado especial cível, e portanto, limitados a 40 salários mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex - empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) com o Banco e também ao processo tributário sobre IPVA com a Leasing.

A Consórcio mantém o montante para processos judiciais tributários, cujo valor encontra-se integralmente provisionado no montante de R$ 10.102 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 9.545 em 31 de dezembro de 2018).

O Conglomerado Prudencial possui depósitos judiciais no montante de R$ 15.687 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 14.486 em 31 de dezembro de 2018) e processos cujos riscos de perdas foram classificadas como possível no valor de R$ 197.764 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 178.440 em 31 de dezembro de 2018), esses valores estão distribuídos da seguinte forma:

Empresa	2019 Depósito judicial	2019 Perda possível	2018 Depósito judicial	2018 Perda possível
Banco Honda	3.240	1.438	2.135	1.395
Consórcio Honda	11.777	196.326	11.694	176.942
Honda Leasing	670	-	657	103
	15.687	197.764	14.486	178.440

18. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Referem-se a receitas de subsídios de operações de crédito recebidas antecipadamente no montante de R$ 11.402 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 29.075 em 31 de dezembro de 2018) que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamento.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019 IRPJ	2019 CSLL	2018 IRPJ	2018 CSLL
Resultado antes da tributação (*)	413.365	413.365	332.631	332.631
Adições temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	167.691	167.691	153.645	153.645
Provisão para contingências	26.582	26.582	55.147	55.147
Cadin IPVA	-	-	25	25
Outras adições	95.655	95.655	118.297	118.297
Exclusões				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.943)	(2.943)	(3.794)	(3.794)
Créditos irrecuperáveis	(103.197)	(103.197)	(74.160)	(74.160)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(29.750)	(29.750)	(22.729)	(22.729)
Reversão/utilização da provisão para contingência	(26.092)	(26.092)	(40.394)	(40.394)
Cadin IPVA	-	-	(3)	(3)
Outras exclusões	(95.840)	(95.840)	(100.363)	(100.363)
Lucro líquido acumulado antes do IRPJ	445.471	445.471	418.302	418.302
Compensação prejuízo fiscal período dos anteriores	(210)	-	(211)	-
Valor-base para tributação	448.204	448.414	418.091	418.302
Alíquota-base	66.789	58.762	62.714	72.413
Alíquota adicional	44.454	-	41.737	-
Incentivo	(1.600)	-	(301)	-
PAT	(261)	-	(247)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	109.382	58.762	103.903	72.413

(*) refere-se ao resultado do conglomerado prudencial desconsiderando o FIDC Auto Honda e o FIDC Moto Honda, vide nota 3.

b. Movimentação da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social combinado

	2019 IRPJ	2019 CSLL	2018 IRPJ	2018 CSLL
IRPJ e CSLL devidos no exercício	109.382	58.762	103.904	72.413
Realização do crédito tributário diferido	12.738	7.817	17.303	26.540
Constituição do crédito tributário diferido	(19.915)	(52.271)	(41.320)	(22.905)
Total de imposto de renda e contribuição social	102.205	14.308	79.887	76.048

c.Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social nos semestres findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019 IRPJ	2019 CSLL	2018 IRPJ	2018 CSLL
Créditos baixados como prejuízo	518.639	518.639	508.255	508.255
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	248.942	248.942	78.209	78.209
Provisão para contingências	78.701	78.701	251.422	251.422
Marcação a mercado - SWAP	18.537	18.537	24.309	24.309
Outros	46.926	46.926	44.538	44.538
Base dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	911.745	911.745	906.733	906.733
Total do crédito tributário	227.936	171.652	226.683	130.669

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estão contabilizados na rubrica "outros créditos – diversos" no circulante e no realizável a longo prazo.

d. Realização dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Imposto de renda	2020	2021	2022	2023	2024	5anos seguintes	Total
Créditos baixados como prejuízo	37.349	28.304	29.721	33.979	307	-	129.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.788	8.289	3.804	955	66	31.333	62.235
Marcação a Mercado – SWAP	3.205	851	578	-	-	-	4.634
Provisão para contingências	8.685	6.177	2.219	1.354	1.116	297	19.848
Outros	11.560	-	-	-	-	-	11.560
	78.587	43.621	36.322	36.288	1.489	31.630	227.937

Contribuição social	2020	2021	2022	2023	2024	5anos seguintes	Total
Créditos baixados como prejuízo	29.130	22.643	23.777	27.183	246	-	102.979
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.230	6.631	3.043	764	53	25.067	49.788
Marcação a Mercado – SWAP	2.564	681	462	-	-	-	3.707
Provisão para contingências	4.182	3.006	1.207	798	740	240	10.173
Outros	5.004	-	-	-	-	-	5.004
	55.110	32.961	28.489	28.745	1.039	25.307	171.651

O valor presente destes créditos tributários é no montante de R$ 353.256 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 303.519 em 31 de dezembro de 2018), considera a taxa Selic de 4,5% a.a.

Os critérios de constituição e realização de créditos tributários estão assim apresentados:

A constituição do crédito tributário foi efetuada com base nas adições temporárias no período corrente.

A realização do total de créditos tributários constituídos existentes em 31 de dezembro de 2019 foi estimada de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, das adições temporárias que são de: 30,34% no ano de 2020; 19,14% no ano de 2021; 17,10% no ano de 2022; 1739% no ano de 2023; 0,56% % no ano de 2024 e de 15,44% para os cinco anos seguintes. Essas estimativas serão revisadas semestralmente.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em cada uma das entidades do conglomerado, baseado em estudo técnico, que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias de cada entidade e indicadores econômico-financeiros.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R$ 540.854 (R$ 460.854 em 31 de dezembro de 2018), representado por 39.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 25 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) aprovou o aumento do capital social do Banco, no montante de R$ 80.000, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de lucros. A homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil (BACEN) ocorreu em 14 de novembro de 2019, sendo publicado no Diário Oficial da União no dia 19 de novembro de 2019.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitado a até 20% do Capital Social (Circular nº 1.273 e Circular nº 2.750, no artigo 3º §2º, não sendo aplicável apenas para Consórcio e Fundo de investimento em Direitos Creditórios).

c. Reserva especial de lucros

Constituídas pelo montante do lucro não destinado à remuneração dos acionistas.

d. Dividendos

No exercício de 2019 não houve distribuição de dividendos (R$ 139.030 no exercício de 2018 pela Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda e R$ 70.000 pelo Banco Honda) para a acionista Honda South América Ltda).

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesas de comissão (i)	547.549	507.268
Serviços de terceiros (ii)	133.874	143.979
Despesas comerciais	50.836	77.856
Despesa de cartório	62.319	53.707
Despesas financeiras	24.211	25.689
Despesa de comunicação	20.910	19.728
Despesa de processamento de dados	21.282	16.351
Honorários advocatícios	20.473	13.760
Serviços técnicos especializados	14.024	13.319
Despesa de amortização	8.041	9.423
Despesa de serviços do sistema financeiro	6.176	5.078
Despesa de promoções e relações	3.979	2.278
Despesa de publicação	71	71
Despesa de seguro	34	65
Outras despesas administrativas	29.890	25.841
	943.669	914.413

(i) Basicamente pagamento de comissões de venda

(ii) Basicamente serviços contratados para consultorias

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Reembolso Sircof e gravame	48.222	46.590
Multa compensatória – Consórcio Honda	40.849	42.964
Reversão/utilização de outras provisões operacionais	21.176	38.467
Reversão processos trabalhista	5.196	1.734
Reversão de desvalorização bens não de uso próprio - BNDU	5.418	4.353
Reembolso de despesa bens não de uso próprio - BNDU	3.985	4.608
Outras receitas operacionais	2.300	1.563
	127.146	140.279

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Indenização ações contrárias	19.312	34.789
Prejuízos com consorciado	9.950	9.217
Ações trabalhistas	6.266	2.210
Variação monetária passiva	3.753	6.005
Desvalorização de bens não de uso próprio – BNDU	5.471	4.091
Despesas com despachante	2.417	2.588
Campanha de cobrança	2.290	3.193
Desconto concedido	395	1.076
Outras	3.428	10.839
	53.282	74.008

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta do Banco, Leasing e Consórcio é a Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co., com sede no Japão.

As transações com partes relacionadas restringem-se a operações de incentivo à venda de produtos fabricados por empresas do grupo e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes, controladas pela mesma controladora do Conglomerado.

	2º Semestre 2019 Receita (despesa)	Exercícios 2019 Ativo (passivo)	Exercícios 2019 Receita (despesa)	Exercícios 2018 Ativo (passivo)	Exercícios 2018 Receita (despesa)
Honda Automóveis do Brasil Ltda.					
Valores a receber	-	(686)	-	-	-
Valores recebidos antecipadamente	12.217	(5.674)	27.384	(21.376)	21.601
Moto Honda da Amazônia Ltda.					
Valores a receber	-	50	-	(330)	(11.211)
Valores recebidos antecipadamente	146	(166)	411	(358)	914
Aluguel de imóvel	(3)	(11)	(3)	(10)	(120)
Outras despesas	(732)	(564)	(1.337)	(100)	(906)
Honda Serviços Ltda.					
Serviço de assessoria administrativa	(11.159)	(8.785)	(100.889)	(9.778)	(95.180)
Valores a receber - Repasse	-	14	168	-	168

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fundo de pensão

O Banco é patrocinador da PREVIHONDA - Sociedade de Previdência Privada de um plano de previdência aos seus funcionários e diretores na modalidade de contribuição definida. As contribuições aportadas ao plano no decorrer do exercício de 2019 somaram R$ 136 (R$ 138 no exercício de 2018), contabilizados na rubrica de despesa com pessoal.

b. Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia apurado pela instituição foi calculado em conformidade com a nova regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 24,60% (23,03% em 31 de dezembro de 2018, conforme legislação vigente à época).

c. Gerenciamento de Riscos e Capital

Para atendimento ao requerido nas Resoluções 4.327/14 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Circular 3.467/09 (BACEN), o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Para nortear essas atividades, a diretoria do Banco Honda estabeleceu diferentes níveis de severidade, definindo o apetite por riscos da instituição, possibilitando assim, a criação de alertas para a tomada de ações específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores, por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas.

Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte.

O Banco Honda utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente, bem como, a parte total projetada.

Gerenciamento do Risco de Mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na instituição pelo "IRRBB (risco da taxa de juros na carteira *banking*)", devido à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, é realizada a mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado das carteiras de ativos e passivos financeiros, considerando o fluxo financeiro das operações vinculadas a taxas de juros. Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira *banking*, o Banco Honda utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

Sobre o risco de liquidez, a instituição adota procedimentos de controle rotineiros, visando a constante verificação do seu fluxo de caixa, atentando-se ao descasamento entre entradas e saídas, tanto para o curto, quanto para o longo prazo.

Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas, referentes à disponibilização de procedimentos, padrões e instrumentos, os quais possibilitem a prévia identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas, tanto à ocorrências externas, assim como internas, tais como fraudes, práticas inadequadas de colaboradores, entre outros.

Gerenciamento do Risco Socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para seguir, além das diretrizes corporativas, as diretrizes internas para monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais nas operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Gerenciamento do Risco de Conformidade

Para o gerenciamento do risco de conformidade, a instituição busca propor, adequar e fortalecer o sistema de Controles Internos, por meio da apresentação de informações, orientações e subsídios para a tomada de decisão pela "Alta Administração", em um contexto orientado para se assegurar a conformidade da instituição em termos legais, em relação aos normativos internos, assim como à "Filosofia Honda".

Gerenciamento do Risco Reputacional

No contexto de gerenciamento do risco em questão, o Banco Honda possui estrutura específica de procedimentos, para a mitigação e controle das perdas oriundas de aspectos que possam prejudicar a reputação da marca Honda.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital se faz presente, visto a necessidade de se estabelecer regras de monitoramento e controle do capital, para se fazer frente às adversidades que a instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. O Banco Honda desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias.

O detalhamento das estruturas acima expostas está evidenciado no site do Banco Honda, na seção de "Gerenciamento de Riscos", e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

d. *Covenants*

Os covenants são regras estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos que têm por objetivo comprometer o devedor de forma mais eficaz do que as garantias tradicionais. O Banco é devedor por empréstimos obtidos junto ao Banco de Tokyo Mitsubishi Brasil S.A, Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e Japan Bank For International Cooperation - JBIC, com último vencimento em outubro/2020, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioeconômica.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. Essas informações também são monitoradas e requeridas pelos credores mencionados. Durante o exercício de 2019 e 2018, não houve descumprimento dos acordos contratuais.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

À Diretoria e Acionistas do
Banco Honda S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Honda S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos nas notas explicativas n.º 1 e 3.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas n.º 1 e 3 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e 3 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação de opinião, em 27 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas notas explicativas nº 1 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

KPMG
Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7